



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA

PLANO DE ENSINO		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Nome do COMPONENTE CURRICULAR: Legislação e Poluição Ambiental		
Curso: Integrado em Meio Ambiente		
Série/Período: 2		
Carga Horária: 80h	Carga Horária:	Carga Teórica: 80h
Docente Responsável: Lucia Mara Figueiredo		

#### EMENTA

Estrutura e tipologia das normas legais. Princípios do Direito Ambiental. Meio Ambiente e a Constituição Federal. Política Nacional de Meio Ambiente. Código Florestal. Competência e Responsabilidade Ambiental. Lei de Crimes Ambientais. Unidades de Conservação. Poluição Ambiental: tipos e consequências para a qualidade ambiental e a saúde humana. Normas legais de padrão de qualidade ambiental.

#### OBJETIVOS

##### Geral

- Apresentar a Legislação Ambiental vigente no Brasil, buscando estabelecer suas aplicações no caso concreto, bom como uma visão crítica frente aos bens protegidos e as penalidades imputadas aos infratores, destacando aqueles que poluírem (a partir de qualquer forma existente) o meio ambiente.

##### Específicos

- Estudar as bases teóricas do Direito Ambiental, origem e princípios;
- Conhecer as normas legais de base do direito ambiental e como estas fundamentam todo o arcabouço legal em meio ambiente no Brasil;
- Entender a importância e dificuldade de se estabelecer culpados em crimes contra o meio ambiente, verificando os tipos e prazos das penalidades previstas pela Lei;
- Conhecer as áreas cuja importância ambiental ensejou sua proteção via diploma legal, bem como aprender como identifica-las e protege-las através do cumprimento das normativas que a definem;
- Conhecer os tipos de poluição existentes e como a legislação ambiental brasileira lida com estas e seus geradores;
- Analisar as Normas legais referentes a padrões de qualidade ambiental.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### I – Estrutura e tipologia das Normas Legais

- Fontes do Direito, Estrutura e tipologia das normas legais: a doutrina, a jurisprudência e a normas legais.
- O artigo como unidade básica das normas legais; os desdobramentos (incisos, parágrafos, alíneas e itens); estrutura básica das leis (capítulos, seções, epígrafe e preâmbulo).
- Tipos de normas legais, suas principais características e a que casos se aplicam (portarias, resoluções, leis, medidas provisórias).

##### II – O Direito Ambiental Brasileiro e seus Princípios

- Como surge esta ciência jurídica e qual a sua importância para a sustentabilidade ambiental.

- Princípio do Direito Ambiental: dignidade humana, democracia, prevenção x precaução, equilíbrio, limite, Poluidor-pagador x usuário-pagador, Natureza Pública da proteção Ambiental, Função socioambiental da propriedade, desenvolvimento sustentável, dentre outros.

### III – A Constituição Federal e o meio ambiente

- A importância da Constituição de 1988 para a questão ambiental.
- O artigo 225 e valorização da preservação do meio ambiente.
- As relações entre a constituição e os princípios do direito ambiental.

### IV – A Política nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981)

- Contexto histórico.
- Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) – órgãos constituintes, responsabilidades e competências.
- Instrumentos da PNMA.

### V – Unidades de Conservação Ambiental

- Importância ambiental destas áreas.
- Criação e Manejo de Unidades de Conservação no Brasil.
- Grupos de UCs (Proteção Integral e Desenvolvimento Sustentável); as UCs do Estado da Paraíba (destaque ao vale dos Dinossauros).

### VI – Lei nº 12651/2012 – O novo Código Florestal

- Contexto histórico.
- Bens protegidos pelo novo Código Florestal de 2012.
- Reserva legal: conceito, importância e criação.
- Cadastro Ambiental Rural: Conceito, importância e relação com a Reserva Legal e APPs.
- Áreas de preservação permanente: conceito, tipos e importância para a manutenção da qualidade ambiental e saúde humana.

### VII – Responsabilidade Ambiental e a Lei de Crimes Ambientais

- Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal para legislar e agir em prol do meio ambiente.
- Competência comum, privativa e suplementar.
- Responsabilidade ambiental na esfera civil, penal e administrativa.
- Lei de Crimes Ambientais: sanções que podem ser imputadas (advertência, multa, embargo, interdição, privativas de liberdade, privativas de direito).
- Responsabilidade da pessoa jurídica.

### VIII - Poluição e as normas de padrão de qualidade ambiental brasileiras

- Poluição da Água: danos ambientais e para qualidade de vida; penalidades previstas; padrões de qualidade para corpos d'água e lançamento de efluentes (CONAMA nº 357/05; CONAMA nº 340/11); balneabilidade (CONAMA 274/00); reuso de água para irrigação (NBR - 13.969 / 97).
- Poluição do Solo: danos ambientais e para qualidade de vida; penalidades previstas; padrões de qualidade para o solo (CONAMA nº 420/09).
- Poluição do Ar: danos ambientais e para qualidade de vida; penalidades previstas; padrões de qualidade ([CONAMA nº 3/1990](#); CONAMA nº 382/06).
- Poluição Sonora: características; legislação pertinente no Brasil (CONAMA nº 272/2000; CONAMA nº 01/90; CONAMA nº 230/97); Poluição sonora no Estado da Paraíba: legislações estaduais pertinentes.

- Aula expositiva e dialogada
- Debates (dinâmicas e apresentação oral dos alunos)
- Exercícios com base em leituras indicadas
- Aulas práticas em laboratórios e visitas de campo.

#### **AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Será realizado de forma contínua, avaliando todas as atividades desenvolvidas ao longo do curso, garantindo a retroalimentação do sistema. E, especialmente, dos resultados através atividades de pesquisa e exercícios; prova teórica e prática; seminários e relatório de aula de campo.

#### **RECURSOS NECESSÁRIOS**

Quadro-branco, lápis para quadro branco, notebook, data-show, televisão, caixas de som e material bibliográfico diverso (livros, artigos, cartilhas etc.).

#### **PRÉ-REQUISITO**

Não existe.

#### **BIBLIOGRAFIA**

##### **Básica**

MACHADO, Paulo Afonso de Lemos. Direito Ambiental Brasileiro. 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.  
 JUNIOR, Vladimir Polízio. Novo Código Florestal: comentado, anotado e Comparado. 2. Ed. São Paulo: Rideel, 2013. 344 p.  
 PHILIPPI JR., A.; ROMERO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Manole, 2004. 1045p.  
 PHILIPPI JR., A.; MALHEIROS. T.F. Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para a sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005.  
 Legislações Ambientais atualizadas.

##### **Complementar**

BELLO FILHO, Ney de Barros et all. Crimes e Infrações Administrativas Ambientais. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.  
 COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. Proteção Jurídica do Meio Ambiente. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.  
 MILANO, Miguel Serediuk. Unidades de Conservação – Técnica, Lei e Ética para a Conservação da Biodiversidade. In: BENJAMIM, Antônio Herman (coord). Direito Ambiental das áreas protegidas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.